

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU**

Aos 30 (trinta) dias do mês de agosto de 2005, às 9h30, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Comitê Guandu deu início a 3ª Reunião Ordinária de 2005, na cidade de Paracambi – RJ, no prédio da antiga fábrica Brasil Industrial, rua Sebastião de Lacerda s/nº, com a finalidade de: 1) obter informações da FUNASA – Fundação Nacional de Saúde sobre sua atuação na área de saneamento ; 2) divulgar e convidar principalmente os municípios para o seminário a ser realizado na FUNASA “Orientação para financiamento de projetos na área de saneamento”; 3) conhecer o projeto “Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina Comitê Guandu” ; 4) apreciar a ata da segunda Reunião Ordinária do Plenário do ano de dois mil e cinco; 5) noticiar o seminário sobre Disponibilidade Hídrica ; 6) solicitar o cumprimento do regimento interno do Comitê Guandu, art.35; 7) informar a atuação das Câmaras Técnicas ; 8) comunicar o andamento da licitação para elaboração do Plano de Bacia; 9) relatar o andamento do Convênio SERLA-FAPUR; 10) deliberar sobre a minuta de Resolução nº07/05 encaminhada à Secretaria Executiva pelas Câmaras Técnicas de Instrumentos de Gestão e de Assuntos Legais e Institucionais; 11) demonstrar a situação financeira do Comitê Guandu; 12) apresentar e solicitar apreciação para proposta de utilização de recursos financeiros depositados no fundo destinado ao Comitê Guandu e, 13) assuntos gerais, entre eles a apresentação da Assessora Técnica, Elizabeth Machado Pinto, contratada para dar suporte ao Comitê Guandu. Estavam presentes 33 membros do Comitê, entre titulares e suplentes, sendo 24 votantes, a saber: Representando a Sociedade Civil - Friedrich Herms, diretor geral do Comitê Guandu (UERJ); Daniel Carvalho (UFRRJ); Jander Duarte (ABRH); Antônio Bianchi (CRBio2); Gilson Freire (SINTSAMA); José da Silva (APEDEMA); Ninon Machado (Instituto IPANEMA); Sebastião dos Reis (GDN); José Arnaldo dos Anjos (Entidade Ambientalista Onda Verde); Sérgio Ricardo de Lima (BICUDA) e Maurício Ruiz ( Instituto Terra de Preservação Ambiental). Representando os usuários - Leila Heizer, secretária executiva do Comitê Guandu (CEDAE); Fernando José Lino (LIGHT); Paulo Diniz (ONS); André Cimblaris (FURNAS); Fernando Pignataro (SFE); Maria Ivonete da Silva (FAERJ); Ademar Jorge Quintella (Sindicado Rural de Itaguaí, Paracambi e Seropédica); Antônio Aragão (PETROBRÁS/REDUC), com documento para representar o titular; Marcelo Taylor (FIRJAN); Leonardo Sambaquy (GERDAU-COSIGUA); Edes Fernandes (CEDAE); Lílian Teodoro (SIMARJ), com documento para representar o titular e Mauro Vaitsman (Mineração Imbaíba de Águas Minerais LTDA). Representando o Governo Municipal - Evandro Batista (Prefeitura Municipal de Rio Claro); Hélio Vanderlei (Prefeitura Municipal de Paracambi); Rosane Penna (Prefeitura Municipal de Piraí); Madalena Sofia Ávila (Prefeitura Municipal de Barra do Piraí) e José Augusto Venda (Prefeitura Municipal de Seropédica). Representando o Governo do Estado - Vera Lúcia Saboya (SEINPE); Carlos Borges (IEF) e João Eustáquio (FEEMA). Participaram dezesseis convidados (lista em anexo). Friedrich Herms , formou a mesa convidando os demais diretores presentes: Leila Heizer, Fernando Lino, Hélio Vanderlei e ainda

Dr Marcos Muffareg (coordenador geral da FUNASA no Rio de Janeiro), o qual teve a palavra dando início a sua palestra com a apresentação de um DVD que expõe claramente a atuação da FUNASA nas ações de saneamento implantadas em todo o país bem como o Programa Saneamento para Prevenção de Saúde (sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e controle de qualidade de água, investindo em saúde preventiva). A apresentação teve como tema “A missão da FUNASA no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS” e contemplou: histórico, missão, diretrizes (fomentar ações sustentáveis), itens financiáveis (saneamento, edificações, pesquisas, cooperação técnica), abordando ainda a Portaria nº 106 de 4 de março de 2004 (aprova critérios e procedimentos básicos para aplicação de recursos financeiros) e informando que a partir desse governo ocorreu mudanças dos critérios de elegibilidade dos municípios que antes eram apenas epidemiológicos e atualmente incluem os Municípios com carência de abastecimento de água e rede de esgotamento sanitário, bem como os integrantes do Programa Fome Zero. Acrescentou que a FUNASA possui programa de financiamento para a implantação e ampliação ou melhoria de sistemas de tratamento e destinação final de resíduos sólidos para controle de agravos. Após informar o site da FUNASA deu por finalizada sua apresentação. Friedrich Herms passou a palavra ao plenário para eventuais perguntas. Adacto Ottoni (CREA-RJ) questionou se as ações de saneamento ambiental tem sido acompanhadas de educação ambiental, se as tecnologias de baixo custo são avaliadas e se ocorre preocupação com a preservação dos mananciais. Em resposta, Dr Marcos Muffareg indicou que todos os projetos financiáveis são acompanhados do PESH (Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social), são também avaliadas as tecnologias para que ações simples e de baixo custo sejam prioridades, de forma a garantir a sustentabilidade do sistema. Acrescentou que existe a preocupação com a preservação dos mananciais, mas ainda não se trata de ação financiável pela FUNASA. A próxima pergunta foi realizada pela Sr Ninon Machado que questionou a atuação da FUNASA em zona fronteiriça. Em resposta, Dr Marcos Muffareg informou que quando solicitada, a FUNASA sempre fornece auxílio pois em se tratando de saúde pública não existe fronteiras. Friedrich Herms informou que a FUNASA em parceria com o Comitê estarão realizando no próximo dia 05 de setembro um Seminário com o objetivo de auxiliar os Municípios para entendimento dos critérios de elegibilidade, financiamento de ações, projetos, etc. Como as vagas são limitadas, no máximo 40 pessoas, cada prefeitura da área de atuação do Comitê poderá inscrever 3 (três) participantes. A seguir, a palavra foi passada ao Sr Mauricio Ruiz que apresentou o Projeto “Corredor de Biodiversidade Tinguá-Bocaina integração Comitê Guandu”. A apresentação foi iniciada com o histórico da ONG e conceitos tais como: porque a estratégia de corredores beneficia a conservação da biodiversidade, corredor da Serra do Mar, região foco que o projeto pretende alcançar, a principal importância do projeto (manutenção dos recursos hídricos e manutenção da biodiversidade), metas de curto prazo (criação e manutenção de unidades de conservação ambiental). Acrescentou que a articulação para implantação do projeto se iniciou com a organização do I Workshop, que contou com a presença de 131 participantes, para discutir

estratégias de conservação definindo áreas prioritárias para região do corredor. Leila Heizer perguntou como o comitê poderá se integrar ao projeto. Em seguida, Ninon Machado convidou o Sr Mauricio Ruiz para participar das reuniões que discutem a política de gestão integrada dos recursos hídricos. Em resposta, o Sr Mauricio respondeu a primeira questão sugerindo que o Comitê discuta mais profundamente a revitalização da Bacia incorporando o assunto na pauta das câmaras técnicas e informou aceitar o convite feito pela Sr Ninon. Friedrich Herms confirmou o interesse do Comitê em participar efetivamente do projeto apresentado e passou a palavra para Leila Heizer com o propósito de abordar o assunto referente ao Seminário de Disponibilidade Hídrica. Leila Heizer, informou que o Seminário terá o apoio (financeiro e administrativo) da FIRJAN e terá como objetivo promover a gestão integrada dos recursos hídricos, abordando assuntos que tratam da qualidade das águas, soluções de problemas, demanda de água (situação atual e perspectivas futuras), conclusões e recomendações. Friedrich Herms abordou o andamento das Câmaras Técnicas que tem sido prejudicado pela falta de *quorum*, e que será aplicada a penalidade prevista no art.35 do regimento interno a partir desta plenária. Foi apresentada a lista de presença dos participantes comunicando as faltas das respectivas entidades destacando ainda que a Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTALI, não havia ainda conseguido eleger seu coordenador. Considerando que as Câmaras Técnicas são fundamentais para o andamento das ações a serem desenvolvidas pelo Comitê foi solicitado maior atenção a este assunto. A palavra foi passada ao Coordenador da Câmara Técnica de Instrumentos e Gestão – CTIG, que informou ter encaminhado à secretaria executiva a minuta de Resolução que dispõe sobre os membros do Comitê a atuarem em grupo de trabalho junto ao CEIVAP para questões relacionadas à transposição das águas do Rio Paraíba do Sul para o Guandu. Em seguida, a palavra foi passada à coordenadora da Câmara Técnica de Ciência, Tecnologia e Educação – CTCTE, que informou que as reuniões da Câmara têm ocorrido sempre às terças quintas-feiras do mês, a partir das 9:00h, no Conselho de Biologia. A palavra foi passada para o Coordenador da Câmara Técnica de Estudos e Projetos – CTEP, que conta com 16 pessoas inscritas. Ele informou que, para definir critérios de hierarquização dos projetos, foram montados 3 grupos de trabalho divididos em: saneamento, reflorestamento e tratamento de resíduos. Adacto Ottoni informou que teve seu horário disponível modificado e não tem conseguido alterar a data das reuniões das câmaras técnicas, solicitando que as mesmas não venham mais a ocorrer nas 3ª ou 5ª feiras de manhã, comunicando ainda que já informou o assunto à Secretaria Executiva do Comitê Guandu. Friedrich Herms, colocou a necessidade das câmaras técnicas estudarem o pedido da SERLA de ampliação da área de atuação do Comitê Guandu, e ainda a universalização da cobrança. Foi questionado se o plano de bacia contempla as áreas sugeridas para ampliação e o diretor respondeu que não. A palavra foi passada para a Secretária Executiva que informou que até o dia 15 de outubro, segundo o presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), teria a assinatura do contrato para execução do Plano de Bacia, em processo de licitação pela ANA. Em seguida, fez histórico dos procedimentos para manutenção e operação da secretaria executiva como

140 prioridade de ação do Comitê, tendo encaminhado, em 10 de novembro de 2004 à  
SERLA uma minuta de Convênio a ser celebrado entre a SERLA e a FAPUR com  
interveniência do Comitê Guandu. Em abril do corrente ano esta minuta foi  
novamente encaminhada a SERLA. Leila Heizer informou ainda estar  
acompanhando o andamento do processo administrativo formado para esse fim  
que em 29 de agosto seguiu para a Secretaria de Governo do Estado. Foi  
145 observada a dificuldade de estabelecer rotinas pois trata-se de assunto novo  
dentro da administração estadual. A palavra foi passada ao Fernando Lino , que  
se reportou ao assunto da cobrança no que se refere a inadimplência,  
universalidade e ao atraso de aplicação dos recursos como um fato inaceitável. A  
seguir, passou-se a avaliar a minuta de resolução a ser deliberada, encaminhada  
150 pelas Câmaras Técnica de Instrumentos de Gestão e Assuntos Legais e  
Institucionais, cuja proposta é definir representação do Comitê Guandu na  
comissão especial junto ao CEIVAP para tratar da regulamentação referente à  
transposição. A palavra foi passada ao Sr Sergio Ricardo que solicitou que uma  
das vagas fosse para um representante da sociedade civil. Friedrich Herms, expôs  
155 que as vagas não podem ser ampliadas e que os critérios utilizados para a  
escolha foram: uma para o diretor geral, a secretária executiva e o maior usuário  
responsável pela transposição (LIGHT). O coordenador da Câmara Técnica que  
elaborou a minuta informou que não foram citados nomes para os integrantes, o  
que permite qualquer mudança futura. Friedrich Herms informou que na revisão  
160 do Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul será solicitado que se contemple estudos  
a respeito dos prejuízos oriundos da transposição para o Guandu, com a  
finalidade de verificar se o valor estabelecido pela legislação vigente (15%) é  
coerente. A palavra foi passada ao Sr Sergio Ricardo que se deu por satisfeito  
com as indicações dos membros considerando que os assuntos por eles tratados  
165 sempre passarão pelas câmaras técnicas do Comitê e pelo Plenário. Friedrich  
Herms apresentou o balanço financeiro do Comitê para os anos de 2004 e 2005 e  
explicou que pela Lei nº 4247/03, um mínimo de 50% da compensação hidrelétrica  
deve voltar para a Bacia. Mencionou que o presidente da SERLA, Ícaro Moreno  
comentou que, gostaria que este valor fosse de 90%. Não existe, contudo  
170 nenhuma formalização a respeito. Acrescentou que os usuários não estão sendo  
cobrados (o lançamento) para as águas transpostas e que se observa uma  
redução de 42% para 17% sobre a previsão de arrecadação até junho.  
Acrescentou que o Comitê Guandu conseguiu que a compensação das  
hidrelétricas fosse depositada no fundo nas respectivas contas. Informou ainda  
175 que existe a necessidade de definir a aplicação dos recursos a serem liberados do  
fundo. Sugeriu que, retirando-se os 10% que devem ser retidos pela SERLA, 15%  
aplicado ao Paraíba do Sul, 5% destinado a pesquisa e 10% a ser aplicado na  
administração do Comitê, o saldo remanescente tivesse a aplicação de 40% para  
atividades de Gestão, 30% para elaboração de projetos e 30% para execução de  
180 projetos. A proposta foi submetida a apreciação da plenária. O representante de  
FURNAS solicitou a palavra para fazer a ressalva da necessidade de avaliação  
dos impactos que a transposição causa para a bacia do Guandu quantificando  
este impacto. O representante da FIRJAN solicitou que seja melhor definido o que  
se integra como atividade de Gestão. Friedrich Herms informou que se encontram

185 incluídos nas atividades de gestão, ações que levem ao efetivo conhecimento da  
bacia (acompanhamento dos valores cobrados, banco de dados, monitoramento,  
cadastramento e Plano de Bacia). Após a explicação, o representante sugeriu que  
não se defina percentagem antes que as câmaras técnicas analisem as  
necessidades. A palavra foi passada ao Sr Sergio Ricardo que considera  
190 inadmissível a posição da CEDAE no processo, chamando a responsabilidade aos  
usuários e a necessidade de reunião com o governo do Estado e a questão de  
ordem política levando este assunto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
pois todos os possíveis impactos negativos estão ocorrendo na bacia e sem verba  
não há condições de se corrigir nada. Acrescentou que se considera  
desrespeitado com a inadimplência da CEDAE. O mesmo propôs que se crie  
195 uma lista dos pagantes e dos não pagantes tornando-a pública para que a  
sociedade tome conhecimento da situação. Também informa que a proporção das  
percentagens dos recursos a serem aplicados pelo Comitê anteriormente  
sugeridas devem ser melhor analisadas. Leila Heizer esclareceu que os valores  
cobrados a CEDAE com base na lei nº 4247 de 16 de dezembro de 2003, eram  
200 completamente fora da realidade. Informou que a presidência da Cia determinou a  
formação de grupo de trabalho para estudar forma viável de pagamento, entre  
elas: aplicação dos recursos diretamente em projetos, obras, serviços e  
intervenção de interesse do Comitê Guandu. Acrescentou que a CEDAE tem  
interesse na melhoria da qualidade da água captada no rio Guandu pois isto  
205 reflete, financeira, operacional e socialmente no processo de tratamento. Destacou  
como exemplo, o rio dos Poços (com qualidade comprometida) lançando seus  
efluentes a menos de 300 metros do ponto de captação de água para  
abastecimento humano. Informou ainda que o grupo de trabalho, considerando  
todos esse fatores e a legislação vigente, tem avaliado ações que possam ser  
210 desenvolvidas pela Cia no decorrer de um período como proposta de pagamento,  
ou parte do pagamento, pelo uso dos recursos hídricos através de elaboração e  
execução de projetos que possa melhorar as condições da bacia. Tal proposta foi  
efetuada tendo em vista que existe a preocupação da CEDAE com relação a  
lentidão dos trâmites para utilização dos recursos que hoje já se encontram no  
215 fundo de recursos hídricos. Assim colocada em votação a proposta para divisão  
de recursos, arrecadados até o final de 2005, foi aprovada por unanimidade.  
Estes percentuais deverão ser reavaliados quando necessário. Friedrich Herms  
comunicou que, em reunião com o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ),  
foi informado que aquele órgão está estudando a inadimplência da cobrança pelo  
220 uso da água na área do Comitê Guandu, bem como a aplicação desses recursos.  
Informou também que existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº  
4247/03, e que este fato estava dificultando um pouco o andamento de ações  
dentro do MPRJ. A palavra foi passada ao Hélio Vanderlei que sugeriu um ponto  
de reflexão dos companheiros com relação a postura do Estado sobre o  
225 pagamento, bem como a necessidade do engajamento dos municípios. Qualquer  
projeto deverá ter parceria com os municípios, pois afinal envolvem seus rios quer  
seja principal ou simplesmente afluente. Solicitou ainda que o setor empresarial  
repense seu envolvimento com a questão ambiental. O mesmo propôs ainda  
reunião do Comitê com o Pezão, chefe de gabinete do Secretário de Governo do

230 Estado em tentativa de sensibilização para o fato de não pagamento por parte da  
CEDAE. Ainda com a palavra, afirma que a falta de recursos inviabiliza a  
realização das ações a serem realizadas pelo Comitê que beneficiariam os  
Municípios. Marcelo Taylor apóia as propostas de Hélio Vanderlei e acrescenta a  
necessidade de se levar o assunto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos.  
235 Informou ainda que a FIRJAN moveu ação direta referente a inconstitucionalidade  
da Lei nº 4247 e solicita amigos da causa aos que assinem documento disponível  
em página eletrônica. O coordenador da CTIG, Antônio José Bianchi, questionou  
se a SERLA faz parte da diretoria. O presidente do Comitê respondeu que sim,  
240 mas que o representante não tem participado das reuniões. Foi solicitado pela  
plenária que o Comitê aprove moção à SERLA, pela falta de participação, e a  
CEDAE, pela demora na realização do pagamento referente a utilização dos  
recursos hídricos. Jander Duarte solicita que na próxima reunião seja definida a  
proposta de ação para os recursos arrecadados. A palavra foi passada a Adacto  
245 Ottoni que concorda com a sugestão da aplicação dos recursos, informando que  
o diagnóstico ambiental é essencial a todas as ações. Propõe ainda que ações de  
melhoria na qualidade dos rios (ex. rio dos poços no Município de Queimados)  
possam ser projetos para abater a dívida da CEDAE. Friedrich Herms informou  
que para os que se encontram na dívida ativa não é possível a intervenção do  
250 Comitê. Entretanto, com base na Resolução nº 48 do Conselho Nacional de  
Recursos Hídricos, art.2º poderá reduzir valor cobrado e não abater dívida  
existente. Edes Fernandes, informa que o valor cobrado a CEDAE corresponde a  
5% da arrecadação da empresa no Rio de Janeiro. Sem previsão orçamentária,  
contestou o valor e reafirmou que foi criado um grupo na instituição para avaliar e  
255 elaborar contra proposta. A palavra foi passada ao Sr Sergio Ricardo que solicitou  
reunião do Comitê com o Dr Luiz Paulo Conde e Dr Fernando Pelegriano.  
Reiterando a transparência dos pagamentos dos usuários para conhecimento da  
sociedade. Acrescentou que a CEDAE precisa investir na prevenção, e ainda que  
concorda em que se troque a dívida por obras de saneamento e recuperação  
260 ambiental. Friedrich Herms, abordou os assuntos gerais, entre eles a contratação  
da técnica Eng. Elizabeth Machado Pinto com a função de dar um apoio geral a  
secretaria executiva e principalmente realizar estudos inicialmente sobre  
saneamento nos municípios da região de atuação do Comitê, com visitas a fim de  
ser realizado um projeto integrado para a região. A contratação foi uma  
265 contribuição da Petrobrás tendo sido agradecido perante a plenária. O  
representante de FURNAS informou que criou recentemente uma comissão  
interna para apoio ao Comitê e que a implantação da página eletrônica do Comitê  
na Internet será realizada no máximo até novembro. O ultimo ponto a ser colocado  
foi a solicitação realizada pela Srª Ninon Machado para integração do Comitê no  
270 processo de apoio a parceria pela água, através de rede internacional (GWP -  
Global Water Partnership), tendo sido aprovado a participação pela Plenária. O  
diretor geral do Comitê Guandu, Friedrich Herms (UERJ), deu por encerrada a  
reunião às 14h:12min. A presente ata foi elaborada por Elizabeth Machado Pinto,  
assessora técnica do Comitê Guandu.